

## Entrevista com Elbio Raúl Ramos: indicadores de uma justiça amigável ou adequada

Nesta edição do **JIM**, continuamos apresentando entrevistas com diferentes operadores do direito atuantes no MERCOSUL. Desta vez, consultamos o magistrado argentino Elbio Raúl Ramos, que atualmente é presidente da Associação Argentina de Magistrados, Funcionários e Profissionais de Justiça da Infância, Adolescência e Família (AJUNAF) e da [AIMJJ](#). Na entrevista, discutimos a necessidade de construir indicadores que possam mensurar a eficiência da Justiça da Infância e Juventude nos países do MERCOSUL, sobretudo na Argentina, onde se estrutura um projeto que começará a analisar os juizados do país a partir deste ano.

### **JIM – Como se iniciou a discussão a respeito dos indicadores de uma justiça adequada?**

**Dr. Elbio Ramos** – As diretrizes interamericanas que tratamos de construir no âmbito da [AIMJJ](#) indicam padrões gerais de, digamos, bem-estar judicial, quando são abordados assuntos relativos aos direitos da infância. Contudo, esses padrões têm de partir da base de que todos os operadores estão em certa igualdade de condições. Então, acredito que os indicadores, dando uma melhor satisfação a essas diretrizes, apontam justamente para o grau de evolução que as Justiças da Infância e Juventude têm, pelo menos no âmbito do MERCOSUL. São principalmente indicadores materiais, embora também tenham de ser incluídos os indicadores formais (isto é: a forma como funciona a lei, legislação existente, o nível de reconhecimento da Convenção sobre os Direitos da Criança e se os procedimentos judiciais estão adaptados à Convenção). Os indicadores que nós estamos pensando estão vinculados, sobretudo, aos próprios serviços oferecidos pela justiça. Por exemplo: os juízes do fórum especializado nos países do MERCOSUL estão capacitados? São capacitados regularmente? Essa capacitação é por conta dos juízes ou do poder judicial? O mesmo temos de perguntar em relação aos outros funcionários e principalmente aos especialistas em outras disciplinas que trabalham com os juízes. Por exemplo: precisamos saber se há um alto nível de informatização no serviço de justiça especializada, se todos têm acesso à internet e à informação atualizada. Isso porque nós trabalhamos numa área de permanente mudança e avanço científico, sobretudo no que diz respeito à psicologia. Além disso, um juiz deve se atualizar em relação ao que estão fazendo os seus colegas em todo o mundo.

É importante pensar também se o âmbito físico é cômodo. Eu poderia dizer que temos a intuição de que não é cômodo. O meu caso... o meu juizado é uma exceção estranha, tenho muita superfície, mas o resto dos juizados e as promotorias da área estão abarrotados. Outro exemplo: a pergunta é se há rampas de acesso para crianças ou familiares com deficiências. Todo esse trabalho não será exaustivo, mas sim seletivo. Terá de dar conta de qual é o estado atual dessa justiça no MERCOSUL. Nós podemos falar dos padrões de satisfação com o trabalho dos juízes, mas, se eles não contam com os elementos para poder trabalhar, teremos problemas. As entrevistas que são feitas às crianças, sobretudo quando se trata de direitos violados (abuso sexual e maltrato) são muito íntimas e, quando se vê os lugares onde elas são feitas, nota-se que não são propícios para que uma criança se expresse com confiança.

### **JIM – Concretamente, já existe um projeto para mapear esses indicadores?**

**Dr. Elbio Ramos** – Já conversamos a respeito e inclusive já temos um nome para o projeto, que seria: Fortalecimento da Judicialidade. Estivemos conversando há pouco com Flavia Valgiusti

(diretora do Instituto da Criança do Colégio de Advogados de São Isidro) e com Ivone Allen (assistente social e vice-presidente da AJUNAF) para trabalhar esses aspectos e refletir sobre a coleta de dados para esse fortalecimento da justiça. Um juiz não pode exercer plenamente a sua autoridade quando, por exemplo, depende que lhe forneçam papel para sua máquina de escrever, pois não conta com um computador; ou quando fica difícil ao cidadão acessar o juizado porque não há rampa de acesso ou porque está localizado num lugar de difícil acesso. É claro que nós temos em conta as dificuldades estruturais da economia dos países do MERCOSUL; não aspiramos à infraestrutura ideal, mas precisamos das condições mínimas. Frente a isso, já estamos avançando, embora timidamente, na construção dos indicadores para realizar uma primeira análise ao longo de 2012, escolhendo determinados juzizados. Não vamos selecionar um universo muito amplo porque, antes disso, temos de fazer um primeiro teste de nossa amostragem. Para isso, a ideia é que colaborem as universidades que tenham convênio com o sistema de justiça. Por exemplo: a Universidade de la Matanza, Universidade do Comahúe, Universidade Notaria da Argentina, Universidade Nacional de Tucumã.

#### **JIM – Como os indicadores incluiriam o conteúdo de documentos internacionais?**

**Dr. Elbio Ramos** – Evidentemente que este trabalho aponta para o desenvolvimento das diretrizes de uma justiça amigável. Nós tomamos as diretrizes europeias como uma base para o documento latino-americano, que é o objetivo que nos fixamos em outubro de 2010 e que, de alguma forma, prestamos contas em outubro de 2011, durante o Congresso realizado no Paraguai. As regras de Brasília foram incorporadas no Uruguai, assim como no Paraguai, mas não ocorreu o mesmo na República Argentina. Elas foram comentadas, apontadas, mas não resultaram num guia geral de trabalho para a justiça de todo o país.

#### **JIM – ¿Por que é importante considerar tanto os indicadores formais quanto os materiais?**

**Dr. Elbio Ramos** – Pelo menos na minha ideia, faremos uma separação entre os indicadores formais e materiais. Os formais têm a ver com o conjunto de leis que regulam e regulamentam a justiça, passando por toda a legislação nacional. Um segundo nível de análise implicaria os indicadores materiais. Por exemplo: na Convenção que tivemos há um par de semanas, pareceu muito importante estabelecer o nível de capacitação que têm os juízes e os outros operadores. Perguntar: quando você fez seu último curso, quando participou de um congresso, quando publicou algo? É importante saber se os magistrados têm noção do conceito de gestão de um organismo público. Isso é atualmente uma preocupação no país porque, hoje em dia, o exercício da jurisdição é muito mais complexo do que apenas o exercício do direito. Hoje, os juízes também são chefes administrativos de suas respectivas unidades. A lógica moderna indica que se devem utilizar estratégias de produção de serviços muito parecidas àquelas que são usadas em empresas privadas. Então, isso pode incrementar a eficiência do órgão de justiça e de todos os seus serviços.

#### **JIM – Como pensar os indicadores no âmbito do MERCOSUL?**

**Dr. Elbio Ramos** – Na realidade, o trabalho com os indicadores também está inspirado no intercâmbio que temos feito com os juízes do Uruguai, Brasil, Paraguai, Venezuela, Bolívia e Chile. Além de falar de aspectos teóricos, quando nos reunimos, também estamos tocando questões relacionadas com a nossa própria dinâmica de trabalho, com nosso labor diário.

Notamos essas preocupações e começamos a trocar ideias. Perguntamo-nos, por exemplo, se as equipes técnicas estão integradas aos juízes ou não; se há casos em que os juízes têm de se locomover por muitos quilômetros para tomar decisões em outras jurisdições. Quando dura em média um expediente? Acreditamos que não é só o indicador formal, mas também o material que afeta o cumprimento de princípios, não apenas daqueles encontrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, mas também dos princípios do Pacto de São José, Costa Rica.

Há uma base de consciência – graças aos intercâmbios que ocorreram nestes últimos dois anos entre juízes do MERCOSUL – para poder pensar em algo mais complexo que a jurisdição e a doutrina. Também pensar em quais condições estamos trabalhando e quais seriam os padrões mínimos que deveríamos fixar. E, assim, constatar que estamos mais ou menos equiparados, para dizer que todos os juízes apresentam a mesma qualidade de serviços ou uma qualidade similar.

### **JIM – Como trabalhar com esses indicadores sem expor indevidamente debilidades dos juizados?**

**Dr. Elbio Ramos** – Isso eu falo pela minha própria conta, porque ainda não discutimos o suficiente. Contudo, não vai ser feita menção específica dos órgãos judiciais que trabalhem conosco, mas esperamos dizer, por exemplo, que “em diferentes províncias da República Argentina, foi detectado que a capacitação dos juízes ocorre a cada dois ou três anos”. Não vamos nomear pessoas; ao invés disso apresentaremos uma média. Cada um, depois, colocará ou não a carapuça. Ou, por exemplo, diríamos que o pessoal técnico, embora se capacite com regularidade, faz isso por sua própria conta e não parece que há uma preocupação das províncias em colaborar com essa capacitação. Ou diríamos que, embora se conte com os instrumentos informáticos necessários, a maioria dos funcionários não sabe como acessar a internet. E isto é real: existem alguns juízes que não sabem nem sequer como mandar um e-mail, são analfabetos digitais. Ou poderíamos detectar que o pessoal está altamente capacitado em informática, mas não conta com computadores atualizados e serviços de internet.

### **JIM - Qual seria o ponto de integração entre o projeto “Diretrizes de uma justiça amigável ou adequada”, desenvolvido pela AIMJJ, e um trabalho com esses indicadores?**

**Dr. Elbio Ramos** – De início, eu opino que são dois processos diferentes. Por um lado, devemos acordar doutrinariamente quais são as diretrizes interamericanas. Por outro, também temos que saber nossas reais condições, porque ocorreu que, pelo menos, o meu país ( e acredito que posso dizer o mesmo dos outros) aderiu dogmaticamente à Convenção sobre os Direitos da Criança sem contar minimamente com os recursos, os programas e os serviços para colocá-la em funcionamento. Processo que, pelo menos no meu país, demorou quinze anos. A Convenção foi aprovada em 1990 e, só em 2005, foi sancionada a primeira lei de proteção integral dos direitos da criança na Argentina e, na província de Buenos Aires, que é a mais populosa do país, os serviços de proteção integral foram criados só no ano seguinte. Isso quer dizer que foi incorporada uma Convenção em nossa Constituição, mas ela não era nem respeitada e nem cumprida. Quando pensamos nos indicadores, voltamos a recuperar o lema que tínhamos levantado em outubro de 2010, quando fizemos o encontro da [AIMJJ](#) em Buenos

Aires: sair do teórico e passar à prática. Revisar práticas implica, por exemplo, transmissão de informação, de programas, de serviços, experiências. E, numa segunda etapa, temos que ver o que melhora ou impede a prática da Convenção sobre os Direitos da Criança. A construção dos indicadores – e esse processo de pesquisa – não pode estar sujeito a que cheguemos primeiro a um acordo com respeito a essas diretrizes, pois acabaria demorando muito.

#### **JIM – A ênfase está na prática...**

**Dr. Elbio Ramos** – Para além de trabalhar com esses indicadores, parece que, neste momento, há um campo propício devido a atual comunicação entre os juízes. É por isso que a [Associação Internacional MERCOSUL dos Juízes da Infância e Juventude](#) tem de continuar permanentemente com a tarefa de alentar uma comunicação mais fluida. A necessidade de construir esses indicadores não nasceu de laboratório, mas do intercâmbio entre os juízes de diferentes países.

[Clique para voltar à página da AIMJJ](#)